
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia nove de abril do ano de dois mil e treze, com início em última convocação às quatorze horas, excepcionalmente no Auditório do Centro de Cultura Raul de Leoni.

A vice-presidente, professora Ednéa Valle de Mello, foi cientificada por telefone que a presidente do COMED e Secretária de Educação, se atrasaria devido a um compromisso oficial, desta forma, fez a chamada dos membros, estando presentes até esse momento Fernanda Cristina Ferreira Vieira, Carlos Henrique David, Ricardo Bragança Pinheiro Tammela, Débora Battisti de Abreu, Maria Celi Vasconcellos, Cristina Pereira, Rosimar Silveira Pinto, Thiago Damaceno, Jelcy Rodrigues Corrêa Jr, Márcia Rodrigues Ferreira Alves e Claudia Carneiro Farias.

1

Às 14h15min chegaram a presidente e Secretária de Educação, Mônica Vieira Freitas e a Subsecretária de Ensino Fundamental e Educação Infantil, Rosilene Ribeiro, desculpando-se pelo atraso e justificando que este se deu em função ao reinício do Programa Federal “Mais Educação”, onde houve a revisão das atividades iniciadas em 2010 e que o programa será lançado efetivamente à população pelo prefeito no dia dois de maio.

Logo em seguida, chegaram os conselheiros Leonardo e Noelma Simões da Costa.

Cabe ainda esclarecer que desde a primeira convocação, às 13h30min, estavam presentes as inspetoras escolares Samea Azzara, Flávia Figueira, Márcia Lopes e Deise de Cássia, além do senhor Fernando Sodré – técnico da Comissão de Defesa do Deficiente e do Idoso da Câmara Municipal e os representantes da Coordenadoria Municipal da Juventude, Jorge Maicon Lourenço e Taís Bernardino.

Deu-se início então a 3ª Reunião Ordinária do COMED com a presidência da professora Mônica Vieira Freitas, a qual leu a pauta afirmando que o assunto principal seria mesmo a Conferência Municipal de Educação e a devolutiva dos trabalhos de sua comissão organizadora.

Preliminarmente, enfatizou a honra de receber a professora Maria Celi Vasconcellos pela primeira vez no Conselho, somando a este a sua vasta experiência e sabedoria como membro titular.

Apresentou também o vereador Thiago Damaceno, inaugurando sua presença este ano no Conselho, o qual presidirá a Comissão de Educação na Câmara de Vereadores.

Valorizou a presença do Grêmio Estudantil dentro das escolas na promoção e participação dos estudantes nas escolas, contribuindo com o elo necessário entre estes, a equipe gestora e os professores, inclusive em relação à disciplina.

Apresentou-se a representante da Secretaria **de Trabalho, Assistência Social e Cidadania** como colaboradora deste conselho.

Fernando Sodré se apresentou e colocou sua disposição em estreitar a parceria com o Conselho de Educação.

Thiago se manifestou explicando que fora enviado pela Câmara ao Conselho, o Ofício onde corrobora sua indicação à suplência, embora a titularidade, em função da saída do vereador Renato Freixela (para assumir a Secretaria de Esportes e Lazer), seja a do vereador Jorge Martins.

A professora Mônica informou que estaria fazendo cem dias a frente da Secretaria de Educação e avaliou que muitas coisas já foram feitas e que o levantamento do que era necessário forneceu informações para se apropriar das necessidades e agir; dando andamento às demandas que nunca param e é importante compartilhar com os conselheiros.

O conselheiro Carlos Henrique parabenizou a Sociedade Civil por se reunir com regularidade e afirmou que há por parte do prefeito, a proposta de fomentar as atividades e trabalhos dos Conselhos, inclusive determinando sede própria para os Conselhos, diferentemente do que hoje acontece, sem necessidade de dividir o espaço com a Secretaria **de Trabalho, Assistência Social e Cidadania**.

Jelcy inquiriu por que não é possível permanecer naquele prédio da Casa dos Conselhos, e Carlos Henrique colocou que o prédio é alugado por um valor **considerado elevado** e que hoje a Casa dos Conselhos se limita apenas a uma sala, sendo a intenção mudar para um espaço estruturado para cada Conselho trabalhar de forma individualizada, mas integrada.

A conselheira Fernanda certificou que o aluguel é muito alto e não atende às necessidades.

Maria Celi se apresentou e agradeceu a professora Mônica pelo convite em fazer parte deste e afirmou que efetivamente está fora do trabalho de um conselho há dez anos e tentará com a editora que publicou seus livros, ao menos trazer um deles para cada conselheiro. Colocou que os Conselhos ainda não cumprem os seus verdadeiros papéis e que apoiará e fortalecerá o Conselho com amostras do Brasil inteiro dividindo e multiplicando suas experiências vividas e acumuladas.

O conselheiro Leonardo pediu desculpas pelo atraso, pela ausência na última reunião e sua saída mais cedo nesta devido às eleições que acontecem neste dia no Sindicato e que livre de qualquer plataforma política, defenderá a categoria de profissionais da Educação, inclusive nos aspectos da saúde e de melhoria salarial. Esteve em São Paulo, representando Petrópolis na Confederação e viu a oportunidade de 10% do PIB ser convertido para a educação pública com o cumprimento imediato, e também o respeito ao número máximo de alunos por turma.

Dando prosseguimento aos assuntos da reunião, a presidente do Conselho solicitou que a Secretária Executiva pontuasse os tópicos da reunião, assim, foi acordado que haveria a dispensa da leitura da Ata da última reunião, uma vez que esta teria sido encaminhada aos conselheiros dias antes e que o momento se daria apenas para acrescentar dados omitidos ou melhorar a redação em algum aspecto ou comentário equivocado.

Fernanda destacou que gostaria que se acrescentasse à Ata anterior que esteve com Vânia, do CEI Unidade Pequeno Beija-flor e ela nada comentou a respeito da rescisão com a ONG naquela ocasião.

O conselheiro Ricardo também solicitou que fosse incluída a designação presidente, junto às referências à Secretária de Educação.

A presidente do conselho pediu que não saíssemos do foco dos convênios, já que determinou a presença das inspetoras escolares já citadas para prestarem informações detalhadas aos conselheiros sobre o Conveniamento com a Associação Recrear, onde já houve parecer favorável do pedido de autorização, inclusive com Relatório da Comissão de Verificação. E pediu então que estas se manifestassem.

A inspetora Márcia Lopes expôs que o processo foi recebido e que foi feita a verificação e a avaliação por ela própria, Samea e Flávia, segundo as normas da Deliberação nº 001/12 e que há algumas pendências passíveis de saneamento. Foi o primeiro processo recebido na Inspeção Escolar após publicação de tal documento e foi despachado segundo as novas diretrizes, levando em consideração às ressalvas que são atribuídas ao próprio COMED.

Ricardo compartilhou a emoção de participar meritoriamente da abertura de uma instituição já fruto do trabalho do Conselho no último ano com o perfil deliberativo.

Márcia Lopes asseverou como é importante a parceria com o Conselho e que ambos os entes são beneficiados com a troca e o trabalho prático e não somente a troca de papéis para lá e para cá.

Ricardo reforçou que é saudável termos visões diferentes, porque é essa diversidade que confere possibilidades de crescimento e integração, se fazendo necessária a estrutura.

Márcia Lopes concluiu que também vê a importância no acompanhamento conjunto dos processos, dividindo responsabilidades.

Mônica convocou as inspetoras para que viessem à reunião porque são especialistas no assunto e quando participou anteriormente do Conselho, este era só consultivo e isso restringia sua atuação, considerando que agora, pelo fato de ter sido transformado em deliberativo, sua participação na Educação será maior. Perguntou se já foi constituída no Conselho a Comissão para acompanhamento dos processos de

autorização de funcionamento de unidades privadas de Educação Infantil e dividiu com os presentes uma notícia que segundo ela própria não é tão boa já que recebeu mandado judicial como Secretária de Educação a proceder ao encerramento imediato da unidade “Meus Pequenininos” no bairro Morin.

A vice-presidente Ednéa, solicitou que seja anexado à resposta ao juiz o primeiro parecer do Conselho, já com prerrogativas Deliberativas, ao qual há o registro de indicação para o fechamento da instituição desde 2011.

4

Mônica alegou que precisa dar conta de absorver a demanda de lá nas instituições públicas das imediações.

Ednéa lembrou que na época, o município se organizou para não desamparar as crianças e efetivamente nada aconteceu.

Débora noticiou que o impeditivo no ano passado foram as questões processuais de defesa e os pais que recusaram a oferta de vagas em função de quererem a mesma carga horária no CEI Jorge Rolando da Silva (que excedia já àquela época as dez horas previstas na Deliberação).

A presidente declarou que organizará os trâmites para apresentar já na próxima reunião do Conselho a discussão e as estratégias para essa absorção.

Fernando colocou a importância de pensar com cuidado a absorção das crianças com deficiência porque entende que ainda hoje são muitas as dificuldades.

Márcia Alves sugeriu que as últimas falas relativas a questão do encerramento de atividades escolares de “Meus Pequenininos”, sejam encaminhadas à Câmara de Educação Básica para apreciação.

Ricardo questionou qual será o prazo e Fernanda perguntou se a Câmara é configurada de forma paritária.

Ricardo explicou que as discussões são encaminhadas, mas o tempo de trabalho do Conselho não pode atrapalhar o trabalho da Secretaria e que esta é a última reunião antes da posse dos novos membros e entendeu que é prudente deixar para o próximo Conselho realizar as visitas pendentes e as demais ações, sugerindo confiar à Secretária o deferimento.

Maria Celi lembrou que a proposta de um Conselho Deliberativo é a autonomia, e que assim, o pleno é soberano, superando e se sobrepondo ao trabalho de qualquer Câmara.

A presidente colocou em discussão a questão do aval do Conselho na abertura da instituição “Associação Recrear” e antes desta, a vice-presidente perguntou se a instituição em tela era a mesma de antes e pediu que se registrasse nesta Ata que precisa de maiores informações a cerca desta.

A inspetora Flávia declarou que o prédio é o mesmo, porém a entidade mantenedora tem outra configuração, assim como suas pretensões pedagógicas.

Mônica assegurou que não é o mesmo processo, pois há outra estrutura e documentação.

A conselheira Maria Celi disse que todos os processos devem vir ao Conselho para que este seja empoderado, isto é, cumpra sua verdadeira função, embora qualquer membro possa pedir vistas aos processos e solicitar visitas.

Deise e o conselheiro Ricardo recomendam mais uma vez a votação.

A presidente convocou os conselheiros titulares que votem, assim, Carlos Henrique, Rosimar, Noelma, Claudia, Ricardo, Maria Celi, Jelcy, Mônica e Cristina votam de forma favorável à autorização, assim como a conselheira suplente Fernanda. Ednéa se absteve e as conselheiras suplentes Márcia Alves, Rosilene Ribeiro e Débora não votaram. Os conselheiros Thiago Damaceno e Leonardo estavam ausentes à hora da votação.

A conselheira Rosimar avaliou que as condições da Escola das Comunidades São Jorge são péssimas, tanto em relação às instalações, quanto às condições de funcionamento naquele prédio e se não seria possível uma alternativa.

Mônica recebeu a sugestão e se comprometeu a verificar a situação.

Jelcy se manifestou considerando que há duas instituições na redondeza da Escola das Comunidades São Jorge – “Escola da Casa Rosa” e Maria da Glória Vasconcellos e que o bairro Alto Independência é muito populoso e que as suas unidades escolares já estão saturadas com um quantitativo enorme de alunos.

Rosimar novamente colocou a necessidade de readequação escolar no bairro.

A presidente do Conselho perguntou se há prédio de CIEP lá, ao que foi respondido positivamente pelo grupo, então considerou especialmente pela presença do Diretor da Regional Serrana I da SEEDUC, professor Jelcy, a possibilidade de estudarem juntos, Estado e Município, esse redimensionamento de demanda.

O conselheiro Jelcy disse que outrora teria sido negada pela Superintendência de Municipalização da SEEDUC cessão do prédio ao município, mas como foi apenas uma recomendação, é possível nova proposta.

Mônica considerou interessante a idéia porque a carência é muito grande e pensou na absorção da “Escola Rosa” no prédio do CIEP.

Jelcy informou que lá não há demanda de alunos na faixa de atendimento prioritário do Estado, o Ensino Médio, e que o prédio atualmente é ocupado com 400 alunos e que, por conta disso, possui muitas salas de aula ainda disponíveis.

Mônica pensou na possibilidade de com certo investimento e alguma obra, poder atender até 36 turmas no prédio do CIEP.

Jelcy concluiu que o CIEP funciona com alguma dificuldade, mas, julga ser possível o compartilhamento do prédio.

A conselheira Rosimar emendou que o prédio do Colégio Princesa Isabel também está ocioso e o Conselho Municipal de Educação deve pensar a educação do município como um todo.

A presidente Mônica antecipou que este será assunto também da próxima Reunião Ordinária.

Rosimar aconselhou que fosse feita, em todo o município, uma inspeção criteriosa porque muitas creches não têm condições de funcionamento e precisam de ajustes.

Mônica organizará todos os assuntos que necessitam a apreciação do Conselho para formar a pauta da reunião seguinte, concentrando os redimensionamentos para atender a demanda reprimida e a proposta para Educação Infantil para 2014.

A conselheira Fernanda comentou sobre a calamidade gerada pelas chuvas e observou que as diretoras foram peças fundamentais na condução das situações e que visitou as escolas, estando estas disponíveis ao apoio à população, tornando a Educação uma grande parceira da Assistência Social.

Mônica leu o convite da Câmara de Vereadores sobre a Audiência Pública: “Gestão do Sistema Único de Saúde” e pediu à Subsecretária Rosilene que passasse as informações sobre a Conferência, as quais foram divididas pelos participantes da Comissão com os presentes.

Rosimar solicitou que o dia da Conferência mudasse.

Mônica concordou porque está marcado para o mesmo dia a finalização da Conferência das cidades.

Como os presentes questionaram por que a Conferência não trataria de assuntos educacionais do município, especialmente a professora Maria Celi, Rosilene explicou juntamente com os outros componentes da Comissão, a necessidade de bem orientar os interessados do trabalho do Conselho Municipal para que seja ainda mais positivo o seu alcance, centrando no perfil e escolha dos membros, até para que haja mais tempo dessa gestão se apropriar dos assuntos relativos à Educação Infantil e suas emergências.

A conselheira Rosilene reforçou o convite à professora Maria Celi a participar da mesa redonda da Conferência.

Maria Celi ponderou que a Conferência se concentrando apenas na eleição da Executiva do Conselho fica com o seu objetivo esvaziado e justificou que poderá sim participar, mas que seus parceiros intelectuais Bertha e Donaldo também acrescentariam muito ao momento e sugeriu que algum estudo relevante realizado pela Secretaria de Educação fosse apresentado à discussão, como reflexões a respeito do IDEB, CONAE e PME.

A conselheira Débora esclareceu que a Comissão tem tido muito trabalho e verificou que há ainda muitos pontos a serem estudados e considerados pelo Conselho, como as lacunas no Regulamento Interno, a efetividade e a produção das Câmaras, o atendimento à população, a divulgação do trabalho e a readaptação de perfil. Desta forma, a Comissão considerou após algumas semanas de trabalho em torno da temática da Educação Infantil, idéias muito significativas, devendo ser discutidas num momento específico e mais extenso - desvendando as Políticas Públicas voltadas para essa Etapa da Educação Básica, a qual é competência originária do município e que demandou no último ano, trabalho intenso do Conselho.

Quanto à idéia da discussão frente ao IDEB, Débora informou que participou de um Curso realizado pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ cujo enfoque foi “Políticas Públicas e intersectorialidade” e o grupo de trabalho ao qual fez parte se concentrou em estudar o IDEB de Petrópolis e suas repercussões nas escolas das regiões rurais e urbanas e o paralelo com o próprio Estado e em nível Federal, assim, será em pouco tempo entregue por este órgão oficial o material produzido à Secretária de Educação.

Maria Celi se dispôs a “recrutar” professores e estudantes da UERJ para participarem das discussões e grupos de trabalho da Conferência.

Márcia Alves concluiu que a maior preocupação da Comissão não foi o processo de renovação dos mandatos dos conselheiros, mas o motivacional foi o tempo curto para uma temática tão valiosa quanto a da Educação Infantil (eleita como tema da Conferência pelos membros desde o último ano), e que a Comissão se preocupou sim com a análise e a discussão das ações realizadas pelo primeiro mandato deliberativo, sendo necessário corrigir as atribuições dos conselheiros, fortalecendo-os para assumirem junto à Secretaria o papel de corrigir as estratégias e replanejar os rumos da educação em Petrópolis.

Carlos Henrique entendeu e também defendeu que o Conselho deve se adequar ao momento da cidade e concordou que são necessários dois momentos distintos, ao menos desta vez.

A vice-presidente Ednéa, indagou então se estaria mesmo transferida para maio a Conferência.

Ricardo colaborou com Débora, Márcia e Carlos Henrique, explanando que o foco seria repensar o próprio Conselho e que o tempo foi o principal motivo de mudar o objetivo da Conferência e disse ainda que mantido o dia 27/03 ou alterado, ainda assim o tempo continuaria apertado. Concluiu pedindo à presidente que proceda à votação para aprovação da data.

Inicialmente a presidente do Conselho e Secretária de Educação, elucidou que por ser o 2º momento do CONCIDADE, geraria esvaziamento em ambos os encontros, tornando-os pouco produtivos. A conselheira Ednéa categorizou que a mudança de data em uma semana a mais não mudaria o caráter da Conferência.

A conselheira Rosilene comentou que um dia é muito pouco para alimentar de informações as pessoas para que possam discutir com propriedade sobre um tema tão pertinente quanto a Educação Infantil no atual momento brasileiro.

Maria Celi interrogou quantas pessoas se interessariam por essa temática e que sua experiência demonstra que há necessidade da formação de quatro grupos para atender aos diversos interesses e sugeriu Ensino Superior, Desafios do IDEB, Ensino Fundamental - absorção de crianças especiais e Educação Infantil; e analisou que o cerceamento de tópicos limita a participação e o interesse, empobrecendo os eixos de trabalho.

Ricardo retomou a palavra e aclarou que o espaço de discussão estará garantido porque antes da Conferência Estadual e Federal haverá (até o final desse Semestre) a organização desse momento, sem a contaminação oriunda do processo eleitoral.

Márcia Alves confirmou que a Comissão teve o cuidado de dividir grupos de trabalho para que fosse preservado o momento de reflexão e discussão.

Mônica após telefonar para o prefeito esclareceu que este somente teria agenda para o dia 11/05, mas Rosimar de imediato informou que neste mesmo dia estaria agendado um encontro comemorativo com alguns profissionais da Educação, acentuando as ausências.

O conselheiro Carlos Henrique viu que desta forma aconteceria um cerceamento da participação da Sociedade Civil e sugeriu a divisão dos trabalhos em dois dias.

Mônica entendeu que dividir em dois dias provoca o esvaziamento; estando todos envolvidos num só dia, contribui para a conclusão e sucesso da Conferência, além de agilizar os processos.

A conselheira Rosimar voltou a pedir a sensibilidade dos presentes para não restringir a participação de zeladores, inspetores de disciplina e demais profissionais da Educação votando na data de 11/05.

Ricardo concluiu que os dois argumentos são válidos, então a dinâmica própria do Conselho não pode estar condicionada a interesses de qualquer grupo.

Mônica aduziu que ficaria cancelada a reunião ordinária do dia 14/05 e a Conferência passaria então ao dia 18/05.

Ricardo pediu licença, mas gostaria de reforçar que o Conselho precisa ser o protagonista de sua própria dinâmica e que não deve abrir mão em função nem do Encontro do SEPE, nem da agenda do prefeito e tampouco por haver outra Conferência no mesmo dia.

A presidente do Conselho lembrou a necessidade de negociar, assim, posteriormente os conselheiros serão avisados da acomodação da data da Conferência buscando mediar as agendas e a disponibilidade do local de realização de tal evento.

Maria Celi perguntou então se a temática será a mesma.

Márcia Alves elucidou os cinco eixos elencados pela Comissão: 1- Organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino, 2- Acompanhamento da aplicação de recursos e verbas destinados à Educação, 3- Autorização de funcionamento de estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil públicos e privados, 4- Formação de profissionais de Educação e valorização do Magistério, 5-Currículo e Projeto Político Pedagógico na Educação Básica.

Ednéa demonstrou a necessidade de explicar às pessoas as suas atribuições, estando científicas do papel que assumirão e o que será esperado delas (dedicação e disponibilidade) e afirmou que está com o livro da professora Maria Celi debaixo do braço procurando aprender mais e mais. Refletiu que ao se candidatar, não sabia a responsabilidade que estava assumindo e desde então vem procurando se aprofundar para poder contribuir com o Conselho, principalmente depois de ter mudado o seu caráter.

Mônica proferiu que de fato quando participou do Conselho, este era consultivo e agora mais do que nunca é importante negociar, ponderar, conversar e participar. Este evento tem tomado tempo, mas futuramente vê com muita riqueza a discussão do poder, independente da questão puramente administrativa e mais uma vez se coloca aberta às parcerias.

A vice-presidente Ednéa corroborou com a última fala atribuindo o ouvir o outro, ou a oposição, um ato de inteligência para somar forças e que muitas foram as mudanças do COMED, com maior participação da Academia e a Sociedade Civil em geral.

A presidente Mônica solicitou que a conselheira Maria Celi falasse um pouco sobre o seu livro e esta colocou que a intenção do primeiro livro era mostrar a essência dos Conselhos do Estado do Rio de Janeiro e o paralelo com o restante do Brasil.

Mônica asseverou se sentir feliz por reconhecer estudantes participando da reunião e que os grêmios são importantes nas comunidades escolares, principalmente enquanto aprendizado social, na formação.

A conselheira Maria Celi destacou que os “Conselhinhos” nas Escolas contemplam a representatividade de cada segmento.

Mônica afirmou não saber por que os Conselhos Escolares foram iniciados no ano passado, mas não vingaram mesmo com sua importância, porém sabe que conseguirá passar para as diretoras a conscientização necessária para as competências da nova Associação de Apoio à Escola, o PGDREM - fruto do trabalho do professor Jelcy enquanto Secretário de Educação, o qual se constitui até hoje como uma iniciativa fenomenal, dando à escola liberdade para gerenciar seus recursos financeiros.

O conselheiro Jelcy classificou como experiências traumáticas todo o processo desta conquista, mas também avaliou como importantíssima para a Educação e para o município.

Mônica narrou que gestão não é só dinheiro e gostaria de oportunizar momentos com as diretoras que continuassem a formação inicial recebida.

Jelcy relatou que o controle social da gestão dos recursos com compromisso social realmente precisa avançar. O espírito do legislador foi provocar a participação na distribuição de recursos, e lembrou Luckese, onde política e democracia se fazem na escola e que a própria discussão sobre o IDEB precisa estar focada no benefício dos resultados que elas podem obter.

Os estudantes presentes, Jorge Maicon e Taís comentaram a formação dos conselheiros escolares e se comprometeram a dinamizar a idéia entre os estudantes de vários segmentos.

A conselheira Maria Celi ilustrou que em relação aos Conselhos Escolares, o eixo norteador é dado pelo MEC, mas a formatação quem dá é o próprio município.

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais também constitui preocupação para Maria Celi, a qual vê a questão mal resolvida no município porque este não vem adotando os procedimentos bem sucedidos em todo o Brasil e entendeu que a contratação de estagiários especialmente para acompanhar as crianças especiais seria interessante, mas não bastaria.

A presidente Mônica pronunciou que atualmente Petrópolis conta com noventa estagiários para este atendimento.

Maria Celi informou que as universidades podem ajudar, mas o Conselho precisa se manifestar em relação a este assunto.

Fernando comentou que trabalha com crianças especiais como psicólogo há dezesseis anos e percebe a boa vontade dos estagiários, mas pessoas que ainda estão em formação têm pouco preparo para atender as individualidades.

Rosilene assentiu que é necessária parceria para especializar este atendimento, com interferências positivas no processo e práticas qualificadas; e que tem tido esta experiência com seus alunos de Psicologia.

Fernando conhece muitos alunos e alertou para que o foco se concentre dentro da Escola, não devendo interferir a Psicologia Clínica na esfera educacional.

Rosilene considerou que as orientações são no sentido da intervenção psicopedagógica e não clínica.

Carlos Henrique notou a necessidade dos novos conselheiros ficarem mais inteirados da Deliberação nº 001/12 porque sendo esta muito recente, ainda não sabe se essa questão foi prevista.

Maria Celi instruiu que independente de prévia citação na referida Deliberação, o COMED precisa criar uma própria para tratar o assunto inclusão em Petrópolis.

Fernando salientou que é preciso ajustar ao sujeito, à sua família e às suas necessidades e habilidades às propostas pedagógicas para de fato realizar a inclusão na rede municipal.

Jorge Maicon confirmou que quando o aluno está inserido no processo, de fato contribui e fiscaliza a conduta dos próprios alunos e que pretende reativar a APE.

A atual presidente do Conselho Municipal de Educação e Secretária de Educação questionou os presentes se havia mais algum assunto a ser tratado, em resposta negativa, agradeceu a todos pelo tempo que ficou como presidente e sabe que a melhor forma de liderar é com o consenso. Embora deixe de ser presidente, continuará sendo Secretária e deseja participar ativamente do Conselho.

Jelcy perguntou se no Regimento, o Secretário de Educação está excluído da presidência, ao que foi respondido pelos presentes que não, apenas haveria alternância da presidência entre a Sociedade Civil e o Poder Executivo.

Assim foi encerrada a terceira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação, a qual segue lavrada e assinada por mim.

Petrópolis, 09 de abril de 2013.

Secretaria Executiva do COMED